

Irregularidades com o dinheiro do Suds são tantas que não se sabe o tamanho do rombo

Levantamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) entre agosto e setembro de 1988 indicam 56 tipos de irregularidades cometidas em todos os níveis participantes do Suds: escritórios regionais do Inamps, secretarias estaduais e prefeituras. Em abril de 1988, por exemplo, o secretário de Saúde do Estado de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, contratou, sem licitação, a Quadra Engenharia e Construções, para reformar o quinto e sexto andares do Instituto de Saúde, onde funciona a secretaria, por Cz\$ 65 milhões. Segundo o TCU, não ficou configurado o caráter de urgência para haver dispensa da licitação. Os recursos também foram investidos fora de sua finalidade: o Instituto de Saúde não é unidade assistencial.

Em Minas Gerais, o secretário Edgard José de Campos Melo comprou 20 automóveis Fiat Uno, 46 Fiat Elba e 4 Kombi, por Cz\$ 94,297 milhões para substituir a frota da secretaria, sem que, depois, ficasse evidenciada a utilização dos carros (sobre os quais não havia controle de saída ou de quilometragem) nas unidades assistenciais. A lista de irregularidades inclui a concessão de recursos sem plano de aplicação e sem prestação de contas de verbas recebidas, aplicação do dinheiro no mercado financeiro em títulos que não eram do Tesouro Nacional, falta de retorno à conta do Suds no Banco do Brasil das receitas provenientes de aplicações financeiras, utilização do dinheiro do Suds em finalidades não previstas no convênio, contratação de pessoal sem concurso público, inexistência de critérios formais para pagamento de pessoal e aquisição de bens em firmas não vencedoras de licitação.

Não existem estimativas do montante de recursos desviados. Segundo a ministra relatora dos processos, Elvia Castello Branco, nem todas as irregularidades significam desvios, mas eles existem. "Alguns prefeitos ficaram com dinheiro do Suds bloqueados em suas contas pessoais quando da decretação do Plano Collor", diz, sem revelar mais detalhes.

A briga política acaba gerando uma troca mútua de acusações quando se trata de responder pelo caos em que se encontra a administração do Suds. Em São Paulo, a chefe de gabinete da secretaria estadual de Saúde, Maria Lúcia Tojal destaca que, de 1986 até o ano passado, os gastos estaduais com saúde subiram de 4% para 12% do orçamento estadual, que foi equi-



Pinotti, ex-secretário da Saúde paulista: Cz\$ 65 milhões gastos sem licitação

valente a US\$ 2,1 bilhões. Mas acusa o governo federal de não cumprir sua parte. Segundo ela, os convênios de municipalização já assinados com o Interior somam Cr\$ 750 milhões por mês, mas no primeiro trimestre de 1990, o governo federal repassou apenas Cr\$ 350 milhões. "A diferença está sendo bancada pelo Estado", queixa-se Maria Lúcia.

A mesma secretaria, no entanto, gastou, no ano passado, NCz\$ 350 milhões (mais que o custo de todos os convênios de municipalização no mesmo período) apenas com o Instituto da Mulher, uma obra de 18 andares cuja construção ainda não passou das fundações e que terá como diretor o titular da cadeira de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da USP: José Aristodemo Pinotti. A informação foi revelada durante a curta gestão do secretário Nelson Rodrigues dos Santos, que assumiu a secretaria de janeiro a maio quando Pinotti deixou o cargo para tentar a candidatura ao governo do Estado. Antes de ser exonerado, Santos fez circular entre os hospitais da rede uma lista de equipamentos — entre os quais videocassetes e churrasqueiras elétricas — que haviam sido adquiridos para o Instituto da Mulher e seriam alocados aos estabelecimentos que os necessitassem. A lista foi vista por diversos funcionários e sumiu logo após a volta de Pinotti. Segundo ele, os equipamentos foram comprados para outros hospitais da rede. O Instituto da Mulher está sendo erguido no terreno do hospital Emílio Ribas,

que há oito anos amarga as improvisações e sujeira da reforma. Os repasses federais ao Estado de São Paulo realmente diminuíram em 1988 e 1989. De janeiro a agosto do ano passado, por exemplo, os repasses de custeio (para os convênios de municipalização e gastos com hospitais do Inamps), capital (para construções) e contas ambulatoriais dos hospitais particulares conveniados dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul ficaram congelados. Em São Paulo, o pagamento sofreu uma perda real de 70% no período e de 86% de janeiro a dezembro. No mesmo período, os repasses destinados às contas ambulatoriais dos hospitais tiveram um aumento real de 27%, embora os valores contidos nos convênios continuassem congelados. A secretaria era acusada pelo Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo de aplicar a verba no mercado financeiro antes de liberá-la aos estabelecimentos conveniados.

A briga política se repete entre as secretarias estaduais e municipais de grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro quando se trata de fazer a municipalização — pela qual os municípios assumem o gerenciamento dos estabelecimentos estaduais e federais de saúde mediante o repasse de recursos do Inamps. Segundo a secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, o convênio com a capital não foi assinado porque o Inamps não repassou os recursos — o que é sempre negado em âmbito federal.

O PT paulista acusa a secretaria de não se empenhar para a obter os recursos e quer garantias de que receberá o necessário para assumir os estabelecimentos estaduais e federais. "Não queremos que a história se repita", afirma Pedro Dimitrov, chefe do gabinete da secretaria municipal de Saúde. Em 1984, de acordo com ele, o Estado transferiu 23 postos de saúde ao município com financiamento do Banco Mundial. Os repasses foram diminuindo e, em abril deste ano, o município recebeu apenas Cr\$ 2,350 milhões pelo convênio, quando já gasta Cr\$ 58,7 milhões no custeio dos estabelecimentos. A mesma briga política acontece entre o PDT e o PMDB do Rio de Janeiro. Como resposta, o presidente Fernando Collor faz mais uma promessa: triplicar até 1995 os gastos do setor público de saúde, hoje em 1,8% do PIB e estimular o setor privado a fazer o mesmo, para tentar chegar aos 10%.